BOLETIM

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP.







Ano XXVI nº 1447 | 10/09/2018 a 16/09/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



Aos leitores

Setembro começou movimentado na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. Em uma semana mais curta, por conta do feriado da Independência do Brasil, inúmeras reuniões com elos da cadeia produtiva de diversas culturas e/ou atividades reforçaram a defesa dos interesses dos produtores rurais, principal bandeira da entidade. Entre debates, apresentações, palestras e encaminhamentos, muitas conquistas ocorreram em favor do campo.

Após sua criação em agosto de 2017, o Núcleo de Cadecs, agora totalmente estruturado e com diretoria constituída, foi apresentado às agroindústrias. O projeto criado e desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR recebeu elogios por parte dos representantes de algumas das principais unidades industriais que atuam no Estado. Sinal claro de que o diálogo entre setor produtivo e empresas será fortalecido em prol da sustentabilidade da relação.

Ainda nas duas cadeias que as Cadecs atuam, suinocultura e avicultura, aconteceram reuniões das Comissões Técnicas da FAEP. O momento das atividades é bastante adverso, com diversos episódios dentro e fora do Brasil. Nestas ocasiões foi possível debater o cenário e eventuais desdobramentos. O momento destas e de outras atividades agropecuárias pede redirecionamentos. E é para isso que o setor produtivo está trabalhando, com apoio irrestrito do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | Diretores Secretários: Livaldo Gemin e Mar Sakashita Diretores Financeiros: João Luiz Rodrígues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrígues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | Membros Efetivos: Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | Superintendência: Geraldo Melo Filho

BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski,
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel, Fernando Santos e William Goldbach
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1445:

Fernando Santos, Milton Doria, divulgação, Shutterstock e arquivo FAEP



ARTIGO

O papel da FAEP na política de seguro rural **Pág. 3**

GLIFOSATO

Justiça suspende liminar que impedia a venda e o uso de produtos com esse ingrediente ativo

Pág. 7

AVICULTURA

Atividade enfrenta adversidades fora e dentro do país para reencontrar seu crescimento

Pág. 8

SUINOCULTURA

Fechamento da Rússia exige redirecionamento da carne brasileira para outros mercados mundiais

Pág. 12

SEMINÁRIO

Evento debate ações com foco nas inclusões social, educacional e profissional de adolescentes

Pág. 16

O papel da FAEP na política de seguro rural

O seguro rural faz parte do discurso dos parlamentares e de ministros de Estado, e consta nos programas dos presidenciáveis. Apesar dos avanços do tema no Brasil, falta se consolidar em ações que proporcionem a previsibilidade do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, criado por lei em 2003, mas que somente em novembro de 2005 começou a ser operacionalizado pelo Ministério da Agricultura. O programa de 13 anos e é a política agrícola mais tímida do governo federal.

De todas as despesas da União com Agricultura, o programa de seguro rural representa apenas 2% do total de gastos. Em 2018, R\$ 380 milhões foram liberados, com a contratação de 70 mil apólices e menos de 8% da área agrícola. É pouco para um país continental que sofre com clima e preços. O mercado de seguros faz a sua parte, inclusive criando o seguro de receita para soja, milho e café. Outras modalidades estão em desenvolvimento.

O produtor adquiriu a cultura do seguro, mas o governo ainda não. Os gastos federais com crédito rural ultrapassam os R\$ 9 bi/ano. Mas esse mesmo crédito está sendo feito com pouco acesso ao seguro rural, deixando um risco enorme, pois o produtor inadimplente - em caso de catástrofe climática - deixa de pagar bancos, agroindústrias, revendas, além do comércio local. Essa situação gera um efeito multiplicador de empobrecimento da economia, deixando de girar o dinheiro do campo nas cidades. O seguro rural tem importância para toda a sociedade.

A FAEP sempre teve como prioridade o seguro rural. Desde a década de 90, seus técnicos realizam missões em países onde o seguro rural teve êxito, trazendo na bagagem a experiência onde há uma parceira pública privada, com forte presença do Estado subvencionando e apoiando o produtor para que tenha condições de acessar o seguro desenvolvido por empresas privadas.

No Paraná, a FAEP promoveu caravanas entre 2007 e 2009, levando seguradoras e governo para debater com os produtores e sindicatos. Em 2009, o governo do Paraná criou o Programa Estadual de Subvenção ao Prêmio, complementar ao programa federal. Em 2012, a FAEP foi uma das patrocinadoras de um estudo da MBAGRO que mostra a importância econômica do seguro rural para o Brasil. Essas ações aumentaram a cultura pelo seguro rural.

A FAEP foi a pioneira em lutar por um seguro rural eficiente nos programas federal e estadual de apoio ao produtor e na articulação junto as seguradoras por melhores condições de coberturas dos principais riscos da agropecuária. As ações da FAEP por melhorias proporcionaram aos produtores paranaenses a liderança na contratação de seguros rurais no país com conquistas entre 2006 e 2017 (em valores atualizados):

- Economia de R\$ 1,4 milhão nas taxas-prêmio do seguro de 286.717 apólices. Ou seja, houve economia média ao produtor de R\$ 4,9 mil por apólice, 56,7% do valor total da taxa-prêmio, viabilizando a contratação das apólices.
- As companhias seguradoras pagaram R\$ 1,1 bilhão em indenizações aos produtores entre 2006 e 2016 no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) somente no Paraná (dados de 2017 ainda não foram divulgados). Ou seja, os produtores deixaram de renegociar esse valor graças ao seguro rural. Se somadas as indenizações ao valor recebido em subvenção ao prêmio, os produtores tiveram benefícios de R\$ 2,5 bilhões e desembolsaram em taxa-prêmio R\$ 1 bilhão.

- Aumento da cultura da necessidade dos seguros rurais. Em 2005, o seguro era insignificante e apenas quatro companhias atuavam no segmento. Pouco se falava desse instrumento. Em 2018, já são 11 companhias ofertando para mais de 80 atividades e culturas, atendendo só no Paraná em torno de 26 mil apólices por ano. A área segurada do Estado está entre 1,5 milhão a 2 milhões de hectares, dependendo do ano.

A FAEP teve papel decisivo revertendo situações em que o governo cortava o orçamento do programa. A Federação continua atuante em prol de melhorias para os produtores. Fez nos últimos anos eventos para disseminar a cultura e atrair seguradoras para o Estado, além de ter criado o primeiro Guia de Seguros Rurais e Proagro do país em 2016.

Neste ano está discutindo com as seguradoras a criação de novas modalidades e aperfeiçoamento das já existentes. Além disso, a FAEP participa com propostas ao Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), que define as regras de subvenção e as diretrizes da política de seguro do Mapa para o triênio 2019-2021. Há muito por se fazer e os produtores têm na FAEP a defensora do desenvolvimento do seguro rural no país.



Pedro Loyola, consultor da FAEP e presidente da Comissão dos Entes Privados do Seguro Rural do Mapa

Indústrias aprovam trabalho do Núcleo de Cadecs

Desenvolvido e coordenado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, projeto colabora com as negociações entre produtores e indústrias

Por Carlos Guimarães Filho



O Núcleo de Cadecs do Paraná, projeto desenvolvido e coordenador pelo Sistema FAEP/ SENAR-PR, esteve na pauta das ca-

deias produtivas de aves e suínos do Estado. No dia 3 de setembro, reunião realizada na sede da entidade, em Curitiba, contou com a participação de membros da diretoria do Núcleo de Cadecs e representantes de algumas das principais agroindústrias. Na ocasião, a forma de atuação do Núcleo de Cadecs para o fortalecimento e sustentabilidade do setor produtivo foi apresentado, em detalhes, para as integrantes das unidades industriais, reforçando o objetivo de estreitar e tornar mais dinâmico o diálogo entre os elos da cadeia.

Em agosto de 2017, o Sistema FAEP/SENAR-PR lançou o Núcleo de Cadecs como ferramenta para fortalecer a atuação das Comissões já existentes pelo Estado e das que ainda serão constituídas futuramente. Hoje, 95% das 33 unidades industriais de avicultura e 25% das 11 de suinocultura contam com Comissões constituídas.

A formação das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) atende a Lei n.º 13.288/2016, conhecida como Lei de Integração, aprovada pelo governo federal em maio de 2016. As Cadecs contam com o mesmo número de representantes do setor produtivo e das empresas, com regimento interno próprio, que define, entre outras coisas, a periodicidade das reuniões.

"O Núcleo fortalece ainda mais as Cadecs. Essa ferramenta dá respaldo para o trabalho. Quando a Comissão de uma indústria não conseguir resolver uma eventual pendência, a ideia é que o Núcleo entre em ação para mediar esse trabalho", ressalta Carlos Bonfim, presidente do Núcleo de Cadecs. "A situação das duas proteínas está bastante desequilibrada. Precisamos reencontrar esse equilíbrio para fortalecer as atividades", complementa.



Reunião

No primeiro momento da reunião ocorreu a apresentação formal dos integrantes da diretoria do Núcleo de Cadecs. No dia 13 de julho, os dirigentes deste Núcleo foram eleitos, com o avicultor Carlos Bonfim, integrante da Cadec junto a unidade da BRF em Carambeí, nos Campos Gerais, alçado à posição de presidente, e o suinocultor Reny Gerardi como vice-presidente.

Posteriormente, a médica veterinária Nicolle Wilsek, do Departamento Técnico Econômico do Sistema FAEP/ SENAR-PR, fez uma apresentação do trabalho da entidade até a aprovação da Lei da Integração e na coordenação e apoio para criação das Cadecs em diversas regiões do Estado. A entidade participou ativamente do processo de aprovação da lei e deu os suportes técnico e jurídico para a instalação das Comissões.

Ainda, o assessor jurídico das Cadecs e do Núcleo de Cadecs, Ruan Scwertner, falou sobre o processo de capacitação dos integrantes das Comissões. Desde o ano passado, dentro da proposta de fortalecer a negociação entre setor produtivo e indústrias, o SENAR-PR está realizando a capacitação dos integrantes das Cadecs, com temas como técnicas de organização e condução de reuniões, técnicas de negociação e noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração. Em 2019 será lançado o módulo de custo de produção.

Aprovação

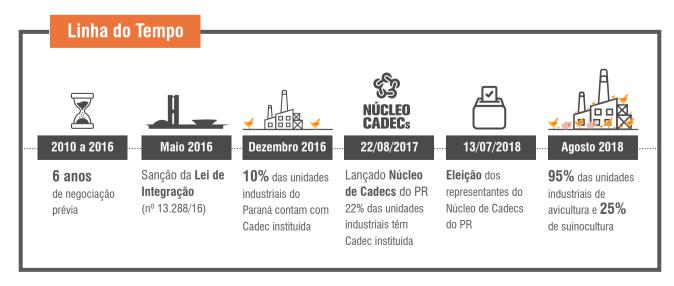
Após as apresentações, os representantes das agroindústrias presentes na reunião ressaltaram a importância do trabalho desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, com o propósito de melhorar as negociações entre os produtores e as unidades industriais, além de unificar os interesses em função do constante contato entre as comissões.

"[As Cadecs e o Núcleo de Cadecs] são ambientes para tratar de problemas do setor. Ali serão tomadas as



decisões, sempre procurando as melhores para todas as partes envolvidas. O importante é ter um canal transparente de diálogo", destacou Márcio Polazzo, representante da Seara Alimentos.

"Quero parabenizar o trabalho realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. A mobilização dos produtores para formar as Cadecs é muito importante, pois elas são as representantes de quem está no campo. E hoje, nas Cadecs já formadas, é possível ver a satisfação dos integrantes", reforçou Charles Eduardo Stefanello, gerente de produção do Grupo Vibra.



O representante do Grupo Pluma, Ricardo Costa Bruno, também destacou a importância do Núcleo de Cadecs como uma ferramenta de negociação entre as partes, sempre em prol do crescimento e fortalecimento das cadeias de proteína animal. "O Sistema FAEP/SENAR-PR está de parabéns pela iniciativa e pela formatação do Núcleo. A ideia é muito boa e se faz necessária para nunca esquecermos que a parceria é fundamental, sempre focando no nível de conversão para que todos ganhem", disse.

Ainda, na mesma linha de reconhecer o Núcleo de Cadecs como um processo a mais nas negociações entre produtores e unidades industriais, Paulo Rossato, representante da BRF, falou sobre o processo de aprendizado de ambas as partes na busca por interesses comuns.

"Todos estamos assimilando uma coisa nova, que requer um aprendizado. Ou seja, é normal tempo para a assimilação natural do processo. O que se delibera nas Cadecs é por força de lei, que surgiu para proporcionar o diálogo. Não se quer brigar nem judicializar", ponderou. "E, o Núcleo é um fórum para encontrarmos as decisões macro", reforçou.

"Esse é um momento histórico. Raras são as oportunidades que conseguimos reunir todos os elos da cadeia produtiva. A partir deste momento, de forma conjunta, será criado um clima de confiança entre a produção e exportação, pois a criação das Cadecs e do núcleo aproximam a produção, deixando o processo mais aberto. Esse é um passo para um futuro melhor em relação ao que temos atualmente", afirmou Gerardi.



Cadecs já contabilizam conquistas no Paraná

Apesar do tempo relativamente curto desde a aprovação da Lei da Integração, o trabalho desenvolvimento por muitas Cadecs contabiliza conquistas para os produtores rurais. Em muitos casos, diante de situações que poderiam prejudicar os avicultores e suinocultores, a atuação das Comissões junto às indústrias conseguiu minimizar e/ou mesmo anular os prejuízos.

No primeiro semestre deste ano, a União Europeia embargou a carne de frango brasileira, com o descredenciamento de 20 plantas agroindustriais em todo Brasil, sendo oito no Paraná. Diante da redução dos negócios, muitas unidades industriais diminuiram a produção, resultando em aviários vazios e, consequentemente, menos renda para os produtores. Neste momento, as Cadecs conseguiram negociar valores a serem pagos aos aviculto-

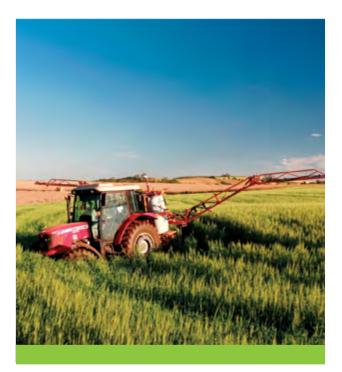
res que ficaram com os galpões vazios. Em Toledo, na região Oeste, onde existe uma unidade da BRF, por exemplo, foi pago R\$ 0,15 por metro quadrado de aviário por dia em que esteve ocioso devido ao embargo. Negociação semelhante aconteceu junto a outras unidades industriais no Estado.

Essa mesma situação serviu como referência para negociação de pagamento por ociosidade quando, em agosto, a unidade industrial de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Estado, decidiu parar de abater perus, deixando 350 produtores desamparados. Um valor foi fixado e repassado aos pecuaristas.

Ainda, no mês de maio, durante a greve dos caminhoneiros, as Cadecs atuaram para liberar a passagem de caminhões de ração pelos bloqueios para evitar a mortalidade dos animais. Na Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, o diálogo com os grevistas permitiu que milhares de animais não morressem.

Justiça suspende liminar que impedia venda e uso de Glifosato

Decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, publicada no dia 3 de setembro, acatou pedido da União Federal para liberação de produtos à base de Glifosato, Abamectina e Tiram



O desembargador federal Kássio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede em Brasília, derrubou a liminar que suspendia o uso e a comercialização de produtos que contenham os ingredientes ativos Glifosato, Abamectina e Tiram. Também estavam impedidas as concessões de novos registros de insumos com os compostos em questão. A decisão foi publicada no dia 3 de setembro e atendeu a um pedido da União. Cabe recurso da decisão. Leia o despacho na íntegra no link Serviços do site da FAEP (www.sistemafaep.org.br).

A suspensão havia sido determinada no início de agosto pela juíza federal substituta da 7ª Vara do Distrito Federal, Luciana Raquel Tolentino de Moura. O principal argumento para a liminar era de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária deveria concluir o processo de reavaliação toxico-

lógica dos produtos mencionados.

O juiz lembra que o processo de reavaliação é complexo e que a demora na conclusão do trabalho é compreensível. "Nada justifica a suspensão dos registros dos produtos que contenham como ingredientes ativos abamectina, glifosato e tiram de maneira tão abrupta, sem a análise dos graves impactos que tal medida trará à economia do país e à população em geral, máxime porque os produtos que contém os princípios ativos ora questionados, para obterem o registro e serem comercializados, já foram aprovados por todos os órgãos públicos competentes para tanto, com base em estudos que comprovaram não oferecem eles riscos para a saúde humana e para o meio ambiente, estando em uso há vários anos, sendo a determinação judicial de reavaliação desses ingredientes ativos, situação relativamente comum em tal segmento de produtos, uma vez que, conforme a ciência avança, é necessária a realização de novos testes e estudos para ampliar o conhecimento humano sobre a matéria", escreve na decisão.

Atuação FAEP

Desde a suspensão, a FAEP acompanhava de perto o processo. No dia 7 de agosto, a Federação enviou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ofício em que pedia uma ação judicial urgente para neutralizar os efeitos suspensivos do comércio e uso de agroquímicos a base de Glifosato, Abamectina e Tiram. Na época, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enfatizou que a medida ocorria às vésperas do plantio da safra de verão e que os produtos-alvo da medida judicial eram indispensáveis para o plantio de grandes safras, como a da soja.

Desde a última semana, a FAEP e outras instituições estavam esperando uma decisão do Tribunal Regional de Brasília cassando a decisão da 7ª Vara Federal que proibia o uso de defensivos agrícolas a base de Glifosato, Tiram e Abamectina em todo o país.





Embargos, barreiras tarifarias, greve dos transportes e outros episódios ocorridos dentro e fora do Brasil abalaram a cadeia de aves nos últimos meses. Felizmente, o pior já passou

Por André Amorim

A avicultura brasileira é uma potência mundial. O Brasil ocupa o posto de maior exportador e segundo maior produtor de frango do planeta, fruto de trabalho, pesquisa e investimentos em todos os elos da cadeia produtiva, que nos últimos dez anos viveu um período bastante próspero.

No que pese dificuldades pontuais – que são comuns em qualquer atividade –, desde março do ano passado o setor vem enfrentando um calvário de sucessivos episódios ocorri-

LINHA DO TEMPO

veja os acontecimentos que impactaram na avicultura do Estado

Março de 2017

Operação Carne Fraca da PF: A ação criminosa de fiscais do Ministério da Agricultura (Mapa) e indústrias que manipulavam produtos de origem agropecuária somada a falhas na divulgação de informações pela PF, causaram danos na imagem da carne brasileira no mercado internacional.

2018

Operação Trapaça: Terceira fase da operação Carne Fraca teve como foco a empresa BRF.

2018

Embargo Mapa: Suspensão da habilitação de estabelecimentos para exportar para a União Europeia.



dos nos cenários interno e externo, que impactaram toda a cadeia, trazendo consequências desastrosas, como fechamento de unidades, perda de mercados e outras sequelas que ainda devem demorar algum tempo para serem sanadas.

Maior produtor e exportador de frangos do Brasil, o Paraná foi especialmente atingido neste processo. Segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a exportação da carne de frango paranaense no primeiro semestre deste ano recuou 2% em volume, de 903 mil toneladas em 2017 para 881 mil toneladas em 2018, e 7% em receita, de US\$ 1,455 bilhão para US\$ 1,354 bilhão no mesmo período. Em todo Brasil, a estimativa da ABPA é que a produção de carne de frango apresente redução entre 1% e 2% este ano, quebrando a previsão de crescimento de 2% a 4% no início do ano.

Essa redução acompanha a diminuição no alojamento de pintinhos. De acordo com dados da Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco), o alojamento de aves neste primeiro semestre caiu 4,2% no território nacional. No Paraná, essa redução foi de 7,2% no mesmo período.

Golpes sucessivos

A via crucis da avicultura brasileira teve início em março de 2017 com a operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em vários Estados, que teve como foco a fiscalização sobre os produtos agropecuários. Este episódio fragilizou a imagem das autoridades sanitárias brasileiras perante o mercado internacional. As consequências não tardaram a vir. Em abril deste ano, a União Europeia (UE) embargou a produção de frango de 20 plantas brasileiras, sendo oito delas no Paraná, alegando problemas sanitários.

Neste episódio, o prejuízo dos avicultores paranaenses só não foi maior porque houve a atuação das Comissões de Acompanhamento e Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs). Estas Comissões atuam como espaço equilibrado para diálogo e negociação entre produtores integrados e agroindústrias integradoras. Por meio delas foi possível negociar com as empresas uma remuneração para

ALOJAMENTO EM QUEDA Produção semestral de pintinhos de corte (em milhões de cabeças) 3.294,5 3.105,3 2.975,2 -4,19% 1° semestre de 2016 1° semestre de 2017 1° semestre de 2018 Fonte: Apinco

os avicultores que ficaram com o galpão vazio por conta do embargo.

O setor avícola ainda estava assimilando esse golpe quando teve início a greve dos caminhoneiros, em maio deste ano. Como se trata de uma atividade que depende fortemente da logística para transporte dos lotes, ração e outros insumos, os impactos foram severos. A ABPA estima que o prejuízo superou os R\$ 3 bilhões, com 167 plantas frigoríficas paradas e a morte de milhões de aves por inanição.

Na esteira deste episódio, a criação de uma tabela para remunerar o frete mínimo rodoviário, segundo a ABPA, elevou o custo logístico, na média, em 35%, sendo que em algumas modalidades, como o transporte de ração, o aumento chega próximo de 80%.

Não bastasse os problemas no transporte, o preço dos insumos também contribuiu para onerar o frango brasileiro. Na comparação de agosto de 2017 com o mesmo mês deste ano, o custo do milho subiu, em média, 53%, enquanto o farelo de soja aumentou 43%. Com a ração e o frete mais caros, a estimativa do setor é que os produtos de aves e suínos aumentem cerca de 15% para o consumidor final.

Abril de 2018

Embargo Europeu: Alegando deficiências no sistema oficial de controle sanitário brasileiro, União Europeia desabilitou as exportações de 20 plantas brasileiras de abate de aves, sendo oito delas no Paraná.

Maio de 2018

Greve dos caminhoneiros:

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) impactos da paralisação foram da ordem de R\$ 3,150 bilhões ao setor produtor e exportador de aves, suínos, ovos e material genético.

Junho de 2018

Antidumping China:

País asiático impôs tarifas, entre 18,8% e 38,4%, contra a importação de frango brasileiro.

1º semestre de 2018

Mudança dos critérios do abate halal pela Arábia Saudita, principal destino das exportações paranaenses.





Fim dos perus

Outra consequência do embargo europeu foi o fechamento da unidade da BRF de abate de perus em Francisco Beltrão, na região Sudoeste. "O último lote de peru acabou em agosto. Foram 770 aviários fechados, um impacto muito grande", avalia o presidente da Associação dos Avicultores Integrados do Sudoeste do Paraná (Avisud), Claudiney Colognese. Segundo ele, dos 350 associados da Avisud, metade era criador de perus.

Neste episódio, a atuação do Sistema FAEP/SENAR-PR foi fundamental para dar segurança aos produtores na hora de negociar as rescisões contratuais. "Demos todo suporte desde a primeira assembleia dos produtores até a finalização das negociações", explica a médica veterinária do Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR Mariana Assolari, que esteve presente na região, junto com o advogado da entidade, para dar suporte aos produtores de peru após o fechamento da unidade. "Eles ajudaram bastante, nos orientaram em todos os sentidos. Não fazia nada sem

perguntar antes", lembra Colognese.

Além da questão dos contratos, o SENAR-PR se colocou à disposição dos interessados em migrar da produção de perus para a criação de frangos e/ou outra atividade agropecuária.

De acordo com Eduardo Scirea, um dos avicultores que produzia perus para a unidade da BRF, seus galpões serão reaproveitados para a criação de frango, alojando para a empresa Vibra. "A estrutura física é a mesma, mas os equipamentos são todos diferentes", conta. Em seus quatro aviários, Scirea tinha capacidade para alojar 14 mil perus machos e 20 mil fêmeas. A adaptação dos aviários para produção de frango, segundo ele, deve custar cerca de R\$ 900 mil.

Há 15 anos atuando na avicultura, Scirea conta que nunca viveu um momento tão problemático. "O marco dessa situação é que estamos sem governo federal. Hoje o Brasil não é ouvido lá fora. Com toda essa guerra comercial mundial estamos nocauteados, sem reação", avalia.

Segundo o gerente corporativo da BRF, Paulo Rossato,





a boa notícia é que o pior já passou. "Nos últimos 60 dias finalizamos os ajustes implementados em 22 das 35 unidades no Brasil. Até o final do ano não deve ocorrer novas medidas, salvo alguma ocorrência extraordinária, como uma nova greve dos caminhoneiros", afirma.

China e abate halal

Mais recentemente, dois episódios abalaram ainda mais a conjuntura da avicultura brasileira. Em junho deste ano a China alegou *dumping* (prática de comercializar produtos a um preço abaixo do valor de mercado) por parte do setor de aves do Brasil, impondo tarifas entre 18,8% e 38,4% sobre o produto.

"O grande mercado da China é o frango desossado. Estamos tentando aumentar as exportações para esse país e redirecionar esse produto para outros mercados. Temos mandado um pouco desse frango desossado para o México, que teve um aumento significativo no primeiro semestre deste ano. Também houve aumento nas exportações para Cingapura e Chile", analisa Ariel Mendes, diretor de relações institucionais da ABPA. Entre janeiro e julho deste ano, o país asiático foi destino de 11% das exportações brasileiras de frango.

O país que mais recebeu frango brasileiro neste período foi a Arábia Saudita, com 12%. Este é mais um mercado que escapou das mãos dos brasileiros. Mudanças nas regras de abate halal (realizado dentro dos critérios da fé muçulmana) afetaram as exportações para países do Oriente Médio. Na comparação com o primeiro semestre do ano passado, os embarques para estes destinos tiveram redução de 10%, segundo a ABPA.

"As empresas estão se adequando de duas maneiras. Primeiro diminuindo a velocidade da linha de abate e tentando reduzir as perdas. É uma situação difícil de resolver. A gente tem feito muitas reuniões técnicas com representantes da Arábia Saudita, encomendamos um estudo da Embrapa demonstrando que o abate com choque não fere os preceitos religiosos, mas até o momento não conseguimos reverter. Estamos buscando outros mercados para este frango", aponta Mendes.

Comissão de Avicultura debate sanidade

Avicultores de diversas regiões produtoras do Paraná estiveram reunidos na sede da FAEP, em Curitiba, para reunião da Comissão Técnica de Avicultura, no dia 4 de setembro. Na abertura do evento, o presidente da Comissão, Carlos Bonfim, posicionou os presentes sobre a reunião com representantes das agroindústrias, para a apresentação do Núcleo de Cadecs, projeto criado e desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR (leia mais na página 4).

Ainda na reunião, técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação (TI) do Sistema FAEP/SENAR-PR apresentaram a proposta para criação de um aplicativo de celular para cálculo de custos de produção na avicultura e outros serviços. No momento seguinte, o gerente corporativo da BRF, Paulo Rossato, descreveu como a empresa enfrentou diversos episódios em 2018, como o embargo europeu, greve dos caminhoneiros, relação com a China, mudança nas regras do abate halal.

"A notícia boa é que as ações tomadas nas nossas unidades estão surtindo efeito", afirmou, referindo-se à paralisação na produção de unidades de abate de peru, como a ocorrida em Francisco Beltrão, a concessão de férias coletivas para quatro unidades, sendo duas no Paraná (Toledo e Carambeí) e a redução de 5% no quadro geral de funcionários da companhia. "Até o final do ano não devem ocorrer novas medidas, salvo alguma ocorrência extraordinária", afirmou.

Outro ponto importante da reunião foi a apresentação do auditor fiscal federal agropecuário Bruno Pessamilio, chefe da divisão de sanidade das aves do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sobre a revisão da Instrução Normativa (IN) nº 20, que trata do controle da bactéria Salmonella.

De acordo com o Pessamilio, existem 2,5 mil tipos de Salmonella. Porém são monitorados apenas quatro, duas com vigilância ativa e outras duas com vigilância passiva. Quando a bactéria encontrada não pertence a nenhum destes quatro tipos é considerada Salmonella spp.

Embargo russo impõe novos destinos à carne brasileira

Rússia, maior comprador da proteína do Brasil no ano passado, fechou as portas e provocou necessidade de redirecionamento do produto no mercado internacional

Por Antonio Senkovski



Novembro de 2017 foi um mês difícil de esquecer na suinocultura nacional. Na ocasião, a Rússia, principal compradora de carne suína brasileira, anunciou um embargo ao produto. Naquele ano, os russos foram responsáveis pela compra de quase 40% de toda carne suína brasileira colocada no mercado internacional. Isso já seria ruim por si só, mas veio junto com uma série de percalços nos cenários interno e externo, como a greve dos caminhoneiros, instabilidade do dólar, tabelamento do frete e aumento global na produção da proteína. O resultado tem sido implacável com os produtores: um mercado interno saturado, com preços baixos, que obriga boa parte do setor a trabalhar no vermelho.

Com a saída da Rússia, a queda nas exportações é praticamente certa. Matheus Andrade, consultor de comércio exterior da Barral MJorge, calcula que o volume vendido ao exterior deve fechar em torno de 620 mil toneladas em 2018, contra quase 700 mil toneladas no ano passado.

Neste cenário pouco favorável, o especialista, no entanto, sinaliza uma boa notícia. Uma movimentação vem ocorrendo para redirecionar o suíno brasileiro a outros países e amenizar os problemas (veja o gráfico). "Esse é um momento para rever as oportunidades que os grandes compradores nos abrem. Nós temos o produto, mas precisamos trabalhar

para derrubar eventuais barreiras que existem", explica.

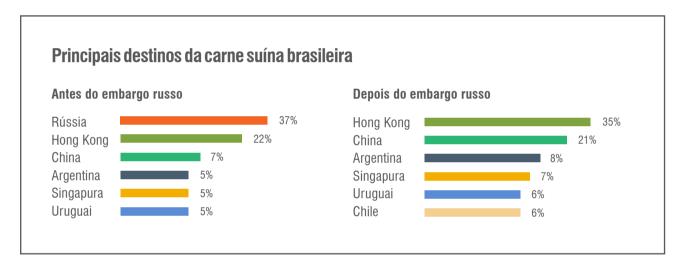
O especialista cita países como México, Coreia do Sul e outros do continente asiático como alternativa para o crescimento da venda da proteína (ver gráfico dos maiores exportadores). "É fundamental começar a exportar para o México. Ainda, a China é um mercado que deve absorver mais carne suína nos próximos anos. O olhar do mundo como um todo está se deslocando para Ásia. Países até então pouco incluídos no radar, como Tailândia, Filipinas e o próprio Vietnã têm possibilidade de crescer em participação nos próximos anos. Enquanto isso, não podemos perder de vista mercados como Chile e Argentina, por causa da nossa posicão geográfica", aponta.

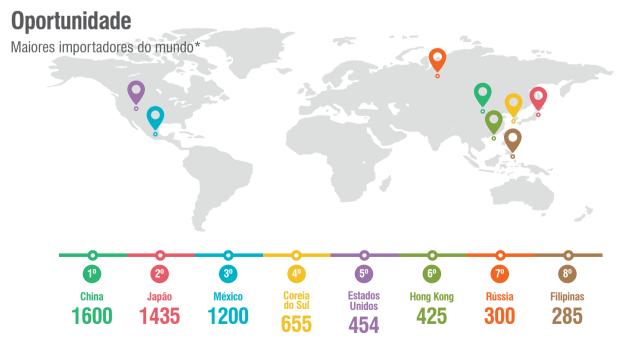
Porém, para isso, Andrade pondera que o Brasil precisa reavaliar sua postura como *player* no mercado internacional. "Temos uma questão importante, a necessidade de a política externa do Brasil deixar de ser reativa, de agir só depois que problemas acontecem. A falta de políticas contínuas nesse sentido faz com que, em muitos casos, quando o preço lá fora está bom, o Brasil exporte, e quando está ruim no plano internacional, mantenha produto no mercado interno. Isso não pode acontecer. É preciso ter constância para construir confiança e credibilidade dos países compradores", cita.

Comissão Técnica debate caminhos para a atividade

As alternativas para fazer a suinocultura voltar a fornecer lucratividade aos produtores estiveram em debate em reunião da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, no dia 4 de setembro, em Curitiba. Reny Gerardi, presidente da Comissão Técnica de Suinocultura, lembrou do baque que a cadeia sofreu com o embargo russo. "Há oito meses, pelo menos, a situação está crítica para os produtores de suínos, principalmente para os independentes. Nesse momento, nossa missão é trazer o debate para encontrar caminhos para sair dessa situação", apontou. "Se pegar os números é possível verificar que o volume total do Brasil não deveria haver um impacto tão grande no preço. É preciso rever essa oscilação, muitas vezes parece fora da realidade", complementou Jacir Dariva, presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores (APS).







Fonte: Barral M Jorge. | *previsão para 2018 em mil toneladas





A RECONSTRUÇÃO DO PENTÁGONO

Local danificado com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 foi reformado em menos de um ano

As obras de reconstrução do Pentágono após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 custaram US\$ 500 milhões ao governo americano. Sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o local reabriu os escritórios atingidos por um Boeing 757 menos de um ano após a colisão. As primeiras salas voltaram a ser ocupadas em 15 de agosto de 2002. A previsão era que as obras terminassem no primeiro aniversário do ataque. Cerca de 23 mil pessoas trabalham diariamente no local, entre civis e militares.

Quando o prédio foi alvo de terroristas, já passava por uma ampla reforma que durou 17 anos e só terminou em junho de 2011. Autoridades dos Estados Unidos acreditam que as obras reduziram a dimensão do atentado, porque muitas salas estavam desocupadas no momento da colisão. No ataque, 53 passageiros, 6 tripulantes e 125 funcionários que estavam no prédio morreram, além dos cinco terroristas que sequestraram o voo 77 da American Airlines.

O Pentágono foi inaugurado em 15 de janeiro de 1943 para ampliar as instalações do então chamado Departamento de Guerra, que na época tinha funcionários em 17 prédios. Idealizado pelo brigadeiro general Brehon B. Somervell, o prédio abriga todas as forças armadas do país e fica à margem do rio Potomac, a 48 quilômetros da capital Washington.

São cinco andares e cinco anéis de escritórios. É considerado um dos edifícios mais funcionais do mundo. Apesar dos 28 quilômetros de corredor, o tempo para al-





guém percorrer a distância entre dois pontos quaisquer é de, no máximo, sete minutos de caminhada.

Memorial

Em 2008, foi inaugurado um memorial às vítimas do atentado terrorista no Pentágono. O projeto foi desenhado pelas arquitetas Julie Beckman e Keith Kaseman.

Trata-se de um parque com um banco para cada uma das 184 vítimas, distribuídos por ordem de idade: desde Dana Falkenberg, 3, até John Yamnicky, 71.

Um pedaço escuro da fachada original do Pentágono, gravado com a data de 11 de setembro, foi instalado em uma das paredes reconstruídas do local. Atrás dele, foi depositada uma cápsula de bronze contendo lembranças do ataque terrorista e os nomes das 184 vítimas fatais da tragédia, além de uma foto do presidente George W. Bush com o secretário de Defesa Donald Rumsfeld.

Curiosidade

Há alguns fatos curiosos sobre o Pentágono. O início da construção foi em 11 de setembro de 1941, exatos 60 anos antes do atentado terrorista.

O prédio não possui mármores porque foi construído durante a Segunda Guerra, quando a Itália, país que fornecia o produto, era inimiga dos Estados Unidos.

Há ainda o dobro de banheiros necessários para a quantidade de funcionários, porque o sistema de segregação racial da Virgínia, que durou até 1954, exigia instalações separadas para brancos e negros.

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 foram o primeiro ataque estrangeiro significativo em instalações governamentais de Washington desde que a cidade foi incendiada pelo Império Britânico durante a Guerra Anglo-Americana de 1812.





Seminário debate diretrizes para aliar ensino e trabalho

Evento em Foz do Iguaçu contou com a participação do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, e do superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho



Nos dias 30 e 31 de agosto, Foz do Iguaçu, na região Oeste do Estado, recebeu o 'Seminário Aprendizagem: Fonte de Benefício Mútuo Entre Empresário e Aprendiz', realizado na Usina Hidrelétrica de Itaipu. O evento teve como objetivo difundir diretrizes e boas práticas, além de debater ações com foco nas inclusões social, educacional e profissional do adolescente no mundo do trabalho, em especial nas áreas rurais. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, participou do seminário, junto com representantes de entidades privadas e de vários órgãos públicos.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, também participou do evento. Na ocasião, Meneguette ressaltou a atuação da entidade junto aos jovens no meio rural, e destacou a criação e as estratégias dos programas Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) e Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvidos há anos pelo SENAR-PR em todas as regiões do Paraná.

"O AAJ é realizado por demanda das empresas que necessitam cumprir a Lei do Jovem Aprendiz. O JAA é focado principalmente em filhos de agricultores familiares, evitando que saiam do campo. Todas as ações são desenvolvi-



das com o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho", disse, no discurso de abertura, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O JAA foi elaborado para atender jovens agricultores. entre 14 e 18 anos, inseridos nas atividades agrossilvipastoris, proporcionando aos jovens rurais conhecimento sobre as oportunidades no campo, qualificando para serem profissionais, despertando uma visão empresarial e capacidade empreendedora. No total, os dois programas já atenderam mais de 38 mil jovens.

A coordenadora nacional da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem na Justiça do Trabalho, ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST. fez a conferência de abertura do Seminário com o tema 'O papel da aprendizagem no desenvolvimento dos jovens e das empresas'. Na apresentação, a magistrada disse que, apesar das leis que defendem os direitos da infância, faltam ações concretas capazes de mudar a realidade. Ainda, lembrou que 2.7 milhões menores de 18 anos estão trabalhando sem carteira assinada ou nenhum outro direito trabalhista no Brasil

Painéis

No segundo dia, o foco esteve voltado para o setor rural. Os painéis trataram da aprendizagem na agricultura

familiar e no cooperativismo, os benefícios dessa modalidade de contrato para o empresário rural e a relação da agricultura familiar com o trabalho infantil.

No painel 'A aprendizagem, a agricultura familiar e o cooperativismo - EAD - aspectos controvertidos', o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, fez uma apresentação sobre a atuação da entidade com seus cursos de Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS).

Posteriormente, destacou os números do programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ). Desde 2010, o SENAR-PR já realizou 112 turmas, formando mais de 1,3 mil alunos nos cursos de 'Mecânico de Manutenção de Tratores', 'Aprendizagem em Avicultura de Postura e Corte' e 'Mecanização Agrícola'.

"O SENAR-PR está pronto para atender empresas demandantes de cursos de aprendizagem. Inclusive, somente em 2017, 18.8% da carga horária total dos cursos do SENAR-PR foram do AAJ e JAA", ressaltou Melo.

No Painel 'Os Benefícios do Contrato de Aprendizagem para o empresário da área rural', a pedagoga do SENAR-PR Regiane Hornung mostrou os depoimentos de dois gerentes e uma psicóloga da Usina Santa Teresinha ressaltando os benefícios de ter o Programa AAJ na formação dos iovens. Posteriormente, Regiane abordou a metodologia do programa, totalmente ativa e presencial e que desperta o interesse dos alunos.









Apresentação musical de adolescentes

Pecuária Moderna define evento para novembro

No dia 3 de setembro ocorreu a reunião do Comitê Gestor do Programa Pecuária Moderna, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. Na ocasião, o grupo conheceu o resultado da banca de trabalhos do Programa, além de traçar estratégias para envolver os técnicos aprovados no desenvolvimento da atividade. Ainda, os participantes definiram para novembro a realização de um evento relacionado à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, num formato a atender às demandas do campo.





Treinamento na bovinocultura leiteira

Na última semana de agosto, o SENAR-PR realizou o treinamento 'Instalações em Bovinocultura Leiteira', no município de Castro, na região dos Campos Gerais. A capacitação, em parceria com a UFPR e DeLaval, contou com 15 técnicos, que avaliaram construções, dimensionamento de equipamentos e a rotina de ordenha. A formação de instrutores faz parte do processo do Itinerário Formativo da Bovinocultura Leiteira.

Prorrogação do eSocial

O eSocial ampliou o prazo da primeira fase de implantação do programa para o grupo de empresas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões, que terminaria em agosto. Nesta etapa, as chamadas empresas do segundo grupo deverão realizar seus cadastros como empregadores no sistema e enviar tabelas ao eSocial. Para os Produtores Rurais Pessoas Físicas fica mantida a previsão para janeiro de 2019.



Bíblia do tomate

O SENAR-PR iniciou a distribuição do livro 'Fisiologia e Nutrição do Tomateiro', publicado pela entidade e de autoria dos professores Keigo Minami e Simone Costa Mello, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Com 1.185 páginas, a publicação é uma importante referência para pesquisadores, técnicos, estudantes de Agronomia e produtores de tomate. No momento, os livros estão sendo distribuídos para colégios agrícolas, universidades e secretarias de agricultura.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná

/ CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 06 - SAFRA 2018/19

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 30 de agosto de 2018, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em agosto de 2018 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2018/19, que passam a vigorar a partir de 1º de setembro de 2018.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de agosto de 2018, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM AGOSTO DE 2018 - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,01%	48,18	1,46%	47,26
AME	37,02%	53,11	36,14%	52,54
EAC - ME	2,23%	1.765,72	2,12%	1.892,77
EAC - MI	11,28%	1.573,80	16,80%	1.752,85
EA - of	0,03%	1.769,10	0,04%	1.894,48
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	47,72%	1.416,32	42,85%	1.507,80
EH - of	0,71%	1.457,77	0,59%	1.575,62
obs: EAC - ME + MI + of EHC - ME + MI + of	13,54%	1.605,88	18,96%	1.768,79
	48,43%	1.416,93	43,44%	1.508,72

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acum	ulado
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,01%	0,5463	1,46%	0,5359
AME	37,02%	0,6046	36,14%	0,5982
EAC - ME	2,23%	0,6212	2,12%	0,6659
EAC - MI	11,28%	0,5537	16,80%	0,6167
EA - of	0,03%	0,6224	0,04%	0,6665
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	47,72%	0,5200	42,85%	0,5536
EH - of	0,71%	0,5353	0,59%	0,5785
Média		0,5578		0,5826
obs: EAC - ME + MI + of EHC - ME + MI + of	13,54%	0,5650	18,96%	0,6223
	48,43%	0,5203	43,44%	0,5540

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,68%	47,26
AME	49,62%	50,99
EAC - ME	0,98%	1.892,77
EAC - MI	20,71%	1.847,66
EA - of	0,02%	1.894,48
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	27,72%	1.564,59
EH - of	0,27%	1.575,62

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

They eldobo bo All Toll Hoboro			
Produtos	Mix	Média	
AMI	0,68%	0,5359	
AME	49,62%	0,5805	
EAC - ME	0,98%	0,6659	
EAC - MI	20,71%	0,6500	
EA - of	0,02%	0,6665	
EHC - ME	0,00%	-	
EHC - MI	27,72%	0,5745	
EH - of	0,27%	0,5785	
Média		0,5938	

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

πφ, του τε τ,5575 κg πττ		
	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	64,84	72,42
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	64,84	72,42

Maringá, 30 de agosto de 2018

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

DAGOBERTO DELMAR PINTO / Vice-presidente





TEIXEIRA SOARES

PRIMEIROS SOCORROS

O curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - Primeiros Socorros - ocorreu nos dias 21 e 22 de junho, por promoção do Sindicato Rural de Teixeira Soares. O instrutor Fernando Jodas Gonçalves capacitou 15 pessoas.



CIANORTE

EMPREENDEDOR RURAL

O Sindicato Rural de Cianorte está realizando o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Empreendedor Rural - fase I. A capacitação coordenada pelo instrutor Clóvis Aparecido Alves Palozi começou no dia 7 de junho e segue até 18 de outubro, com 15 alunos.



MUNHOZ DE MELLO

MULHER ATUAL

O Sindicato Rural de Astorga, a Prefeitura Municipal de Munhoz de Mello e a Secretaria Municipal de Assistência Social realizaram o curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual, entre os dias 8 de maio e 31 de julho. A instrutora Cassia Helena Borghi de Barros capacitou 25 pessoas.



IRETAMA

TRABALHADOR NA BOVINOCULTURA DE LEITE

Um grupo de 10 pessoas participou do curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - avaliação da conformação ideal de vacas leiteiras - 16 horas, nos dias 28 e 29 de junho, com o instrutor Thiago Prado Bardy. A realização foi do Sindicato Rural de Campo Mourão.



FLORESTÓPOLIS

JARDINEIRO

O curso Jardineiro - implementação e manutenção - ocorreu entre a 4 e 6 de julho, por promoção do Sindicato Rural de Porecatu. A instrutora Maria de Fátima Marcondes treinou 11 pessoas.



ALTAMIRA DO PARANÁ

MANEJO E ORDENHA

O curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite -Manejo e Ordenha - foi realizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa, entre os dias 2 e 6 de julho. O instrutor Thiago Prado Bardy capacitou 12 alunos.



IVAÍ

ARMAZENISTA

Um grupo de 11 pessoas participou do curso Armazenista - 40 h, entre os dias 2 e 6 de julho, com o instrutor Flavio Luis Bueno Heming. A realização foi do Sindicato Rural de Ivaí.



ANDIRÁ

BRIGADA DE INCÊNDIO

O Sindicato Rural de Andirá e a Sementes Sorria realizaram o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - Brigada de Incêndio - NPT 017, para 10 alunos. A capacitação coordenada pelo instrutor Marcelo Silveira dos Santos ocorreu entre os dias 3 e 5 de julho.





Mito do cabelo grisalho

Quem nunca ouviu falar que arrancar um fio de cabelo branco faz nascer dois no lugar? O mito se perpetua entre gerações, mas é pura mentira! Cada folículo capilar é capaz de produzir somente um fio, e arrancá-lo só faz nascer novamente.

Gelatina poderosa

Essa sobremesa gostosa, além de fácil de fazer, é uma grande fonte de colágeno, uma substância fundamental para o corpo e que perdemos conforme envelhecemos. O colágeno ajuda a reforçar os tendões, músculos e tecidos cartilaginosos, além da pele, unhas e cabelos.

E o cheiro?

Você já imaginou em abolir o banho da sua rotina de higiene pessoal? O iraniano Amou Haji adotou esse e mais outros hábitos inusitados há 60 anos. Ele vive em um buraco no chão perto da vila Dejgah, localizada ao Sul do Irã. Segundo moradores locais, apesar do seu não convencional modo de viver, o iraniano aparenta ser mais feliz que muitos por ali.



Xícara de café

Que tal apreciar um café fresquinho em uma xicara feita de café? Isso já é uma realidade. A ideia é produzida pela empresa chinesa Yunnan Coffee Traders, que aproveita a casca do grão que seria descartada para produzir os utensílios. A xícara ainda apresenta





Camuflagem

A camuflagem é uma técnica que muitos animais utilizam para atrair presas e/ou se esconder de predadores na natureza. Um exemplo é o Louva-a-Deus Orquídea, uma espécie rara que vive no Sudeste asiático. O inseto se disfarça com a flor que lhe dá o nome para se alimentar de outros da espécie.





Barbudos

Dois Irmãos viviam brigando e sempre um dizia que o outro era mais feio. Certo dia, um dos irmãos chegou para o outro que tinha uma barba cheia e enorme e disse:

- Eu tinha uma barba horrível igual a sua. Vi que era feia demais e mandei cortar.

O outro respondeu:

- E eu tinha uma cara igual a sua. Vi que era feia demais e deixei a barba crescer para esconder!



Wi-Fi laminado

Se você reclama que o sinal de wi-fi na sua casa não tem muito alcance ou é fraco, pesquisadores da Dartmouth College, nos Estados Unidos, confirmaram que o uso de papel alumínio para direcionar o sinal do seu roteador é uma solução eficaz. A explicação está no fato de evitar a dispersão do sinal e aumenta a segurança da instalação.



A cidade com maior poluição no ar é Cairo, capital do Egito, contrariando o que muitos pensam sobre a China. Mesmo assim, o país asiático conta com três de suas cidades no top 10 do ranking mundial da Eco Experts: Pequim (3°), Guangzhou (6°) e Xangai (7°). Na lista, também estão Buenos Aires (8°), Paris (9°) e Los Angeles (10°).











Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

FAÇA SUA
DECLARAÇÃO DO ITR NO
SINDICATO RURAL

PRAZO PARA ENTREGA

28 DE SETEMBRO



É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO.

Sem a declaração do ITR, o produtor não obtém a Certidão Negativa de Débito.

*Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.

Endereço para devolução: Federação da Agricultura do Estado do Paraná R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br • SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br











EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



□ Falecido

☐ Ausente

- □ Mudou-se
- □ Desconhecido
- □ Recusado
- □ Não Procurado
- ☐ Endereço Insuficiente
- Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em	/ /	
Em		Responsável